

O Grampo e o Veneno

Daniel Sampaio

Aluno de graduação em Direito da UnB

SUJEITINHO BELICOSO o tal Onófrío. Baixinho, atarracado, feio, nariz de batata, aos 47 anos, bem aparentava uns cinqüenta e poucos, tinha uma fala ardidada pelo sotaque do norte e momentos de gagueira. Não conseguia articular várias palavras e tampouco idéias. Não fosse o momento ruim de meus empreendimentos e jamais teria aceito aquele serviço. Onófrío Bezerra era inoportuno e descartável, mas era também o Vice-Presidente da República, cargo que, a bem da verdade, lhe caía bem.

Corno. Corno. Essa é a síndrome de grande parte dos meus clientes. Mesmo naqueles que não confirmam a condição, vislumbro sempre um certo ar de desapontamento e perplexidade. Quem procura um detetive particular, invariavelmente, suplica uma confirmação (os que não a conseguem, muitas vezes se mostram chateados, um ou outro já chegou a dizer que fui eu quem não trabalhou direito, ou mesmo a insinuar que suas mulheres haviam feito um conluio comigo para que eu não as flagrasse).

Onófrío era vice e corno, reunia em torno de si duas qualificações que o faziam alvo de desprezo entre seus pares na política e em qualquer boteco. Para ser perfeito, só faltava ser honesto, mas não era. Falcatruas, maracutaias e fraudes, era um político da hora, interessado e comprometido com os “problemas” do país e especialmente do seu pequenino reduto eleitoral. Tinha nos olhos uma fagulha de carisma, mas a fagulha não vingava e o fogo não surgia. Fora talhado para vice.

Vinha de uma grande decepção: viu ruir, inerte, seu segundo casamento. A mulher o abandonara e fora morar sozinha. Onófrío, repleto de culpa, achava que ela havia se enojado da política e arranjado um amante. Me confessou, um tanto angustiado, que já havia passado por sua cabeça a idéia da renúncia. De pronto, eu lhe disse para deixar disso, que mulher não valia a pena e coisa tal, instiguei-o a pensar na gorda aposentadoria que o aguardava muito em breve, ao que ele me respondeu com um sorriso jovial e maroto, embora tenha se recomposto quase que imediatamente.

Shirley Correa era o nome da ex-mulher, tinha 26 anos e duas filhas anteriores ao casamento com Onófrío. Era de estatura mediana, magra do tipo seca e tinha uma daquelas belezas míopes, que melhoram

com a distância, mas que só se agigantam com a saúde. E de saudade padecia o pobre Onófrío.

Então, Shirley vinha morando numa chácara enorme, presente de campanha, situada ainda dentro da cidade, mas a última de um conjunto de terrenos cuja extensão nos faz lembrar que não só no campo se distribuem os latifúndios. Mas era também um local ermo e frio. Brasília é uma cidade gélida nesses quinhões de terra que de tudo ficam longe.

Onófrío queria provas de que Shirley recebia outro homem por amante. Contou-me que desde o casamento sempre notou telefonemas estranhos e saídas repentinas e impróprias da mulher. Mostrei-lhe meu arsenal de câmeras de vídeo, gravadores, binóculos, e contei-lhe de meus contatos nos motéis da cidade. Ele refutou a tudo e disse que desejava apenas um simplório grampo telefônico. Aquilo era demais (!), um profissional da minha estirpe fazendo um servicinho de segunda. Ofereceu-me R\$300,00 (trezentos reais) ao dia. Me apiedeí dele e fiquei com o caso.

Instalei a escuta pela manhã e, já à noite, estava eu sentado diante do gravador aguardando qualquer ligação que fosse ser feita ou recebida. Não me surpreendi quando Onófrío bateu a minha porta e insinuou que desejava observar como funcionava o sistema e se o que estava pagando valia mesmo a pena. As duas primeiras ligações da moça foram para o “Você Decide”, curiosamente, optou por um final e logo depois por um outro que lhe era completamente antagônico; depois, ligou para um daqueles “0800...” e comprou um aparelho para abdominais que não causa danos à coluna. Nada mais na primeira noite.

No dia seguinte, às duas da tarde, lá estava o Onófrío em minha casa e tudo de novo. Dessa vez, porém, Shirley recebera o chamado de um sujeito de fala macia, não se deu nada de especial, mas aparentavam certa intimidade e marcaram um encontro num *shopping*. Eu a segui, acompanhei-a ao restaurante e sentei numa mesa lateral a sua. O sujeito chegou dez minutos atrasados. Tentei ouvir o que diziam, mas fui importunado por um garçom que insistia em me oferecer algo para beber enquanto eu, como lhe havia dito, aguardava minha “companhia”. Creio ter sido um pouco rude com o sujeito devido à ansiedade em escutar a conversa que se desenrolava na mesa ao lado, ao que ele não hesitou em convidar-me a deixar o estabelecimento. Não pesquei nada. Meu contratante pareceu

desapontado com meus prestimosos serviços. A resposta que lhe dei foi imediata, eu não mais acompanharia sua mulher, seguiria o sujeito e, se oportunidade tivesse, também grampearia sua casa.

Valdecir Nogueira, Deputado Federal do Espírito Santo, era suplente de um outro, o qual teve certos problemas com o fisco, mas sendo um homem de ética, não invocou nenhuma de suas imunidades parlamentares e resolveu expiar suas culpas no exílio, mais especificamente nas Ilhas Caymans. Valdecir morava num casarão distante num Setor de Habitações dos mais badalados ao sul de Brasília. Vivia só, tinha dois empregados e nenhuma segurança, levantei sua ficha como parlamentar e me pareceu um homem de caráter, jamais votara, durante os sete meses em que vinha no exercício do mandato, contra nenhuma medida contrária aos clamores do povo. Do mesmo modo, também não acompanhou o governo na votação de suas reformas. Eis um legítimo representante do povo, seu índice de frequência nas sessões parlamentares era de 12%, o que apenas corrobora minhas palavras, dado que uma ausência convicta diz muito mais que uma presença inerte.

Não deixei transparecer ao meu pagador essa simpatia que nutri pelo Deputado Valdecir, a bem da verdade, fiz um serviço, modéstia à parte, clássico e sutil, não só grampeei o telefone do sujeito, como também coloquei escutas nos principais cômodos da casa, tudo isso com os dois empregados circulando constantemente. *Cold blood*, essa era minha virtude e a chave do negócio.

O dia seguinte era domingo, tudo corria tranqüilo, o Onófrio já havia se instalado novamente em minha residência, mas, a título de reflexão, dormia de forma intermitente durante todo o dia, ficando em “seu” quarto, onde não me incomodava. Foi durante uma dessas sonecas que sua ex-madame deu a decisiva chamada. O Deputado Valdecir atendeu sonolento, às três e quinze da tarde, a conversa que se seguiu foi surpreendente. Shirley parecia nervosa, tinha uma voz trêmula, mas cortante em diversos momentos, vacilava entre a raiva e o medo, disse ao Deputado que tinha o dinheiro e que iria levá-lo naquele instante. Antes disso, ela, meio que adivinhando minha presença na escuta, tratou de balbuciar a história toda na sua forma mais didática. O que se dava era que o Deputado Valdecir vinha chantageando a mulher de Onófrio em razão de umas verbas de campanha que este último recebera e cuja origem era um tanto espúria. E qual a razão dela estar cedendo a isso? O amor, puro e sublime, rei dos sentimentos cândidos que rodeiam essa gente lasciva. Não havia outra explicação. O abandono do lar conjugal? Também se responde pelo amor, ausente e saudoso como são os amores maculados pela corrupção. Do que sabia até então, pude perceber

que Onófrio era um homem fraco, dominado pela mulher, essa sim o pilar do casamento e a única capaz de articular seu desfazimento com o fim único de salvar a carreira do marido. Nobre senhora, vítima de uma extorsão imunda praticada por um pulha, agindo no interesse de um homem que a tinha por infiel e desvairada. Nobre senhora!!!

Ela não concedeu muita chance de argumentação ao parlamentar e disse que lhe entregaria o dinheiro em mãos, naquele instante. Bateu o telefone. Não sei bem como chegou à casa do Deputado, mas de carro próprio não foi, como se constatou depois, visto que seu automóvel permaneceu durante todo o dia na garagem. Uma vez na presença do Deputado, foi conduzida até uma pequena sala, sob o pretexto de que lá as coisas correriam de forma mais reservada. O que se seguiu foi abrupto e um tanto incompreensível, ela abriu uma bolsa onde havia certa quantia, seguido certo silêncio, o Deputado começou a ofendê-la, alegando que um fio de gravador se mostrava por entre os botões de sua blusa, em seguida, ouvi meia dúzia de palavras de parte a parte, e um tiro, seco e surdo, que não só me assustou, mas parece também ter despertado Onófrio. Como se num presságio, ele correu à sala e me perguntou se algo acontecera.

Respondi-lhe de forma rápida e confusa, mas como os neurônios se superam em ocasiões excepcionais, ele pareceu ter me compreendido com perfeição. Ficou pasmado, não disse palavra durante minutos e foi melhor assim, pois pude ouvir com perfeição quando o Deputado ligou para um amigo e perguntou-lhe acerca de uma pá, vez que pretendia fazer uma pequena escavação em seu próprio jardim. Foi tudo.

Onófrio e eu permanecemos paralisados por certo tempo, creio que umas duas horas, sabíamos que o mal estava feito e nos restava apenas decidir qual tipo de justiça distribuiríamos. Covardia e conformismo, carregando ele doses maiores da primeira e eu do segundo, foram preponderantes para que reafirmássemos nossa confiança no sistema legal e resolvêssemos por acionar o aparato jurisdicional. Assim foi ele para o Ministério da Justiça falar com seu titular enquanto eu vendia o furo por R\$ 1500,00 a um amigo jornalista.

21:15. Cheguei sorrateiramente no meu Fiat vermelho, estacionei longe e dirigi-me à residência do Deputado Valdecir, que fervia em grande tumulto. O proprietário, trajado de pijamas, forjando um certo ar de casualidade, trazia na cintura uma arma de calibre pequeno, estava cercado por repórteres, correligionários do partido, policiais e outros piratas. A iluminação do jardim era fraca, mas melhorava muito na TV, foi o que pude ver pelo aparelho retransmissor que ficava na kombi de uma emissora que transmitia tudo ao vivo. A polícia havia feito um cordão de isolamen-

to. O chefe do policiamento permanecia inerte, num canto do jardim, com um aparelho grudado ao ouvido e parecendo aguardar alguma ordem superior. Alguns repórteres do lado de fora do cordão se queixavam do privilégio que era concedido a outros e clamavam pela liberdade de imprensa e pela livre concorrência. Pelo que pude ouvir, a polícia iria realizar uma busca por um cadáver no jardim, por ordem expressa do Senhor Ministro da Justiça, no entanto, o advogado do Deputado havia conseguido alguma medida judicial que a impedia e aguardava-se uma decisão definitiva. Um grupo numeroso de sem-terra havia chegado no mesmo momento que eu, eles vinham apoiar a ação policial e pedir justiça contra os poderosos. Um grupo de adolescentes, que voltava de um *show* de música baiana também parou defronte o cordão instantes depois.

22:03. Uma Mercedes prateada estaciona com os faróis altos sobre a multidão. Os sem-terra, que entoavam o hino nacional, e os garotos, que ensaiavam um eufórico grito de “Ah! Eu tô maluco!”, interromperam seus coros e acompanharam o movimento enfurecido da mídia. Os repórteres, saltando a proteção, correram rumo ao automóvel, acompanhei tudo pelo mesmo aparelho de TV que retransmitia para o país inteiro. Quem desceu do carrão foi o advogado do Deputado, fechou a porta do veículo e começou a caminhar, tudo em movimentos suaves e coordenados, desprovidos de qualquer pressa, à espera da glória. Microfones e gravadores bem postados, limpou a gordura que lhe escorria da testa com um lenço, sorriu para as câmeras e começou, também de forma pausada: “Ao que se sabe, o desaparecimento da senhora aludida resta duvidoso, tanto mais seu falecimento. As fitas que foram enviadas anonimamente à emissora de TV são falsas e, ainda que verdadeiras, não fariam prova hábil. Note-se bem, meu cliente tem reputação ilibada, se qualquer grampo ou gravação ilícita tivesse contra ele sido arquitetada, nós estaríamos realmente diante de um crime, não aquele hipoteticamente praticado por meu cliente, mas sim de uma fétida invasão de privacidade, com fins eminentemente políticos! Trata-se de mais um sórdido artil da oposição, que não se conforma com a notoriedade política e o sucesso, que a curto prazo, vem logrando meu cliente no Parlamento pátrio. Já há jurisprudência consolidada no sentido de não se admitir que uma prova, qualquer que seja, conseguida por meios ilícitos, possa dar ensejo a qualquer outra válida. Assim disse o Tribunal Supremo da Justiça, de forma irrecorrível, e assim deve ressoar em todos os cantos a voz da mais íntegra justiça! Obrigado aos senhores pela paciência e desculpem-me o colóquio, mas é que também eu me exaltei com toda essa ...em pleno domingo!”

Um advogado amigo meu, meses depois, me explicou que vigorava nos campos jurídicos nacionais

uma certa teoria da árvore envenenada, da qual se desprende que uma prova constituída de forma ilegal não pode gerar frutos - outras provas - válidos. Teoria que me pareceu um tanto estapafúrdia, pois fora justamente eu que enviara os “frutos” à emissora, tendo-os antes provado e conceituado como de ótima qualidade. Era eu então um sujeito modesto, e meu paladar não era mesmo dos mais finos, mas daí ao veneno, não podia crer.

Mantive o silêncio, visto ser ele a mais alta das virtudes e o pai da prudência, é certo que guarda também um certo parentesco longínquo com a hipocrisia, mas quem não tem um galho podre na família? Minha última impressão do caso foi num dia, cerca de dois anos depois do acontecido, quando resolvi passar em frente à casa onde tudo sucedeu e dar uma olhada numa certa terra fofa de sobre a qual o Deputado não arredava o pé naquela fatídica noite. Para minha estupefação, ali crescera uma *Malus silvestris*, rija e forte, adornada por pecados tentadores, quase todos cometidos e que dava boa sombra àquela terra fofa. Quem, afinal, poderia maldizer daquelas delícias entre tanta beleza? Mas se soubessem das suas raízes...